

Arinos chama ao entendimento

Polícia Federal quer manter funções atuais

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

No curso de um debate, ontem, de três emendas populares versando sobre reforma agrária, o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), alertou os constituintes para a necessidade de um entendimento entre as diferentes correntes, condição indispensável, como sustentou, para que a futura Constituição possa ser feita. "Se não pudermos alcançar o entendimento, não faremos a Constituição", disse Arinos.

Para que pudesse lançar a advertência, Arinos provocou, propositalmente, o deputado Cardoso Alves (PMDB-SP), que se limitava a ouvir a defesa de uma das emendas pelo presidente da Contag, José Francisco da Silva. Ex-integrante da Comissão Constitucional Arinos, José Francisco propôs uma "reforma agrária capitalista" e cobrou dos parlamentares o cumprimento das promessas feitas durante a campanha eleitoral. Arinos gostou do discurso, que acompanhou atentamente, qualificando-o como "um convite à reflexão".

O presidente da comissão disse então que os constituintes precisam tomar o caminho do entendimento, e, dirigindo-se ao deputado Cardoso Alves, disse-lhe que ele estava olhando o orador com estranheza. Foi o suficiente para que o parlamentar paulista se declarasse "um homem aberto ao entendimento". Ao afirmar que não acreditava na reforma agrária, foi vaiado pelas galerias, sem no entanto se perturbar. Para ele, não

tem qualquer sentido a desapropriação de terras produtivas.

NEGOCIAÇÃO

Afonso Arinos falou em seguida para as galerias, para Cardoso Alves e para os constituintes. Seu propósito, como confessou, foi o de atingir os extremos, por entender que as posições de cada um, mesmo as consideradas inflexíveis, são também suscetíveis de negociação. E aplaudiu a posição de Cardoso Alves, "que não repele a negociação, mesmo sendo um representante das áreas mais conservadoras do País". Segundo a crença do senador fluminense, "se nós não pudermos alcançar o entendimento, não faremos a Constituição. A platéia pode até não concordar e por isso dirige vaias, mas por falta de informação".

Também o defensor da emenda popular da Confederação Nacional da Agricultura, Flávio Teles Menezes, optou pela via do entendimento. Segundo explicou, "essa emenda pretende não propriamente uma reforma agrária, mas uma política agrícola para o País". Da mesma forma que o representante da Contag, Teles defendeu uma reforma agrária capitalista.

Teles foi aparteado pelo deputado Plínio Arruda Sampaio (PT-SP) que quis saber sua opinião sobre o destino das grandes áreas, com mais de 70% de ociosidade. "Elas devem ser desapropriadas?". A resposta: "Estas terras podem ser desapropriadas, mediante pagamento em títulos agrícolas, com valor de mercado". Sampaio insistiu: "Então, estas áreas devem ser desapropriadas?". E o orador concluiu: "Elas podem ser desapropriadas".



Arinos adverte que, sem acordo, não haverá Constituição

"Paz, só com economia forte"

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"Só através da iniciativa privada alcançaremos uma economia mais forte e, conseqüentemente, uma sociedade mais justa, com a indispensável paz social", afirmou ontem o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, no plenário da Comissão de Sistematização da Constituição, em defesa da emenda popular de iniciativa do fórum informal de empresários, que reúne oito entidades representativas da indústria, do comércio, dos transportes, da agricultura e dos estabelecimentos de crédito. Segundo Amato, é chegada o momento "da reafirmação dos princípios da crença no indivíduo e na sua liberdade, estimuladora da inventividade e da responsabilidade, contra a ordem estatizante, adepta do poder público hipertrofiado".

Em sua veemente defesa da livre iniciativa, Amato justificou o lucro como alavanca do progresso e da justiça social, lembrou que a industrialização brasileira foi marcada desde o início pela associação entre o capital nacional e o estrangeiro, "sem problemas de maior profundidade", que o País "sempre se beneficiou com o aporte de investimentos e de tecnologia", e manifestou-se a favor da propriedade privada, inclusive da terra, advertindo: "Não há liberdade política sem liberdade econômica".

"Com a crença inabalável nos princípios que norteiam a livre iniciativa, princípios que se confundem com a própria liberdade de empreender, um direito inerente ao homem, nossa proposta visa a uma série de objetivos, todos eles voltados para o fortalecimento da economia, por meio de um capitalismo moderno, comprometido com o bem comum, com a satisfação das necessidades da população brasileira", assinou o autor da emenda, dizendo que "só através da iniciativa privada alcançaremos uma economia mais forte e, conseqüentemente, uma sociedade mais justa, com a indispensável paz social". A seu ver, "a idéia da livre iniciativa é algo que está arraigado na cultura brasileira".

Mário Amato convidou os constituintes a fazerem uma "reflexão sobre o verdadeiro papel da empresa e do empresário na vida nacional". No seu entender, a primeira responsabilidade do empresário é com a gestão de sua empresa, mas ele tem também um compromisso com a co-

letividade e está consciente de que sua atividade deve ser dirigida para a realização do bem comum. E acrescentou ter chegado o momento de se estabelecer uma política regeneradora, que elimine os entraves à privatização e possibilite a implantação do regime de eficiência, visando ao desenvolvimento econômico e social do País. "O progresso econômico sempre depende da vontade, da força, da competência das elites empresariais". Lembrou, depois, ter sido a agilidade do setor privado que possibilitou os êxitos alcançados na conquista de mercados internacionais.

"Esperamos — exortou — que a nova Constituição consolide a transição para um regime de economia de mercado, de competição franca e sã, em que a competência e a eficiência substituam o sistema das decisões arbitrárias. É hora de ajustar o setor público, eliminando a ineficiência e a sua expansão, até aqui avassaladora". Amato condenou a "voragem" que "acaba descapitalizando o próprio governo, apesar do regime tributário draconiano que sofremos". Segundo ele, como resultado dessa intervenção do Estado na economia, o governo se afasta do seu real papel de promotor de investimentos básicos essenciais nas áreas de educação, saúde e promoção humana.

"Só com a presença marcante da iniciativa privada na economia nacional será possível criar as condições necessárias à liberdade individual e ao aprimoramento da sociedade como um todo" — assinalou. E pediu aos constituintes que refletam também sobre a questão do capital estrangeiro, "sem preconceitos nem sentimento xenofóbico, mesmo porque o Brasil precisa realizar investimentos em volume muito superior ao que lhe seria possível financiar apenas com sua poupança interna". Em seguida, advertiu: "O desestímulo à entrada de novos capitais de risco vai provocar uma ruptura no processo de modernização, industrialização e crescimento da nossa economia".

Concluindo, o presidente da Fiesp referiu-se às relações empregado-empregador: "Consolida-se hoje a compreensão de que o empresário não deve cogitar apenas dos direitos do capital, mas igualmente da justa remuneração do trabalho (...). O embate entre empregador e empregado deve basear-se cada vez mais no diálogo franco, com regras definidas (...). As últimas negociações diretas entre empregados e patrões mostraram que já obtivemos sensível avanço".



Para Amato, justiça e paz social só com economia forte

Reforma agrária, decisão em plenário

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O Grupo dos 32, liderado pelo senador José Richa, e o do Consenso, formado em torno do vice-líder do PMDB na Constituição, deputado Euclides Scalco, não chegaram a acordo sobre a reforma agrária e a criação de um Tribunal Constitucional, embora tenham concluído ontem os entendimentos com relação a outras questões polêmicas em exame pela Comissão de Sistematização. Por isso, esses dois pontos serão decididos pelo voto.

A informação foi dada ontem pelo deputado Euclides Scalco, acrescentando que os dois grupos se entenderam sobre os capítulos que tratam da ordem econômica, seguridade, saúde, previdência, assistência social e anistia, bem como educação

e comunicações. Como não foi possível a aprovação de uma fórmula comum para a questão da cultura, ciência e tecnologia, nem sobre índios e menores, o Grupo do Consenso irá apresentar suas próprias emendas ao substitutivo do relator Bernardo Cabral.

IMISSÃO DE POSSE

O acordo sobre a reforma agrária não foi concretizado porque o Consenso só aceita a imissão imediata da posse das áreas desapropriadas, num prazo de 90 dias, com o que não concorda o Grupo dos 32. As duas correntes de constituintes divergem também sobre o Tribunal Constitucional, cuja criação é defendida pelo Grupo do Consenso. O Grupo dos 32 quer a instalação de uma Câmara Constitucional no próprio Supremo Tribunal Federal.

Tema que une adversários

RIO
AGÊNCIA ESTADO

A luta contra a estatização do Sesc, Senac, Sesi e Senai conseguiu unir figuras como o líder do PT, Luiz Inácio Lula da Silva e o ex-presidente João Figueiredo. Enquanto no Rio o ex-presidente não só engrossou a lista das assinaturas enviadas à Assembleia Nacional Constituinte, mas também aproveitou todos os momentos de aparição pública para se manifestar a favor da manutenção das entidades na iniciativa privada, Lula, em quase todos os pronunciamentos feitos em vários estados, deixou clara sua posição, afirmando que os trabalhadores associados a essas entidades "não pagam um tostão e recebem muitos benefícios". "Foi no Senai que aprendi a lidar com o torno e a freza, eu e milhares de operários" — enfatizou.

Com o apoio de 1.617.756 eleitores, o tema campeão das emendas populares entregues aos constituintes é o que defende a preservação das entidades sociais e de formação profissional mantidas pelos empresários da indústria e do comércio. A mobilização envolveu não apenas as entidades patronais, mas, também, as associações de servidores ligados aos dois setores, comércio e indústria. A proposta que garante a preservação do Sesi, Senai, Sesc e Senac foi promovida por mais de 17 entidades de todos os estados e dividida em seis emendas distintas.

Segundo pesquisa realizada pelo jornal Zero Hora, de Porto Alegre, os artigos já excluídos da Constituição e que tanta polêmica provocaram não têm "paternidade". Ao que tudo indica, sua aprovação na Assembleia Nacional Constituinte foi um "acidente de percurso", já que a maioria dos constituintes diz hoje não ser fa-

vorável à estatização das entidades. O líder do PL, Adolfo Oliveira, afirma que 90% dos constituintes são contrários à estatização das entidades de fomento a cargo da livre iniciativa.

Durante as comemorações do 45º aniversário do Senai, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), senador Albano Franco, apontou o gigantismo econômico-financeiro do Senai — que arrecada sozinho, anualmente, cerca de C\$ 11 bilhões — como a possível origem da ameaça que pairou sobre as entidades. Albano Franco entende que o projeto poderia representar prejuízos reais também para fundações de empresas e outros órgãos, privados e estatais.

EXEMPLO

A estatização pode não ser um bom negócio. Um exemplo do fracasso dessa iniciativa foi fornecido por Carlos Alberto López, chefe de treinamento industrial do Serviço Nacional de Aderamento em Trabalho (Senati) entidade peruana idealizada nos moldes do Senai. Em visita ao Brasil, López contou que o Senati tem 26 anos e foi criado como instituição de educação industrial pela iniciativa particular.

"Em 1968, durante o governo do general Alvarado, o Senati foi estatizado e aí começaram os problemas", disse López, comentando o excesso da burocracia, a ingerência política, o bloqueio no desenvolvimento, a administração centralizada e outros fatores que impediram o funcionamento adequado da instituição.

Novo anos depois, um outro general e presidente do país, Morales Bermúdez, percebendo que a estatização estava levando o Senati ao caos, devolveu a entidade à iniciativa privada, "de onde nunca deveria ter saído", ressaltou López.

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O substitutivo do deputado Bernardo Cabral causou perplexidade na Polícia Federal, porque deu poder de "polícia fiscal" à Receita, que também deverá prevenir e reprimir o contrabando e o tráfico de armas e entorpecentes. "A Polícia Federal, com seus agentes altamente treinados, fica pulverizada. Praticamente deixamos de existir", comenta o delegado Wilson Alfredo Perpétuo, presidente da Associação dos Delegados da PF.

Os agentes federais preocupam-se com o tráfico de drogas e com as quadrilhas internacionais, cada vez mais sofisticadas, que desafiam as polícias estaduais e passam, agora, a "investir" em vários ramos, trocando cocaína por café, carros roubados e outros produtos. "Esvaziada pela Constituinte, a polícia não poderá agir e de nada valerá estarmos equipados com pessoal especializado no Exterior, pois, quando começamos a ganhar a guerra do tóxico, apreendemos milhares de quilos de cocaína, destilarias, éter, maconha, perdemos nossas atribuições para a receita, que não é preparada para isso", diz o delegado Perpétuo.

O presidente da Associação Nacional dos Servidores da Polícia Federal, Vicente Chelotti, lamenta que depois de tanto trabalho, contatos com os constituintes, palestras na subcomissão de segurança que aprovou por unanimidade as teses da PF, "tudo seja mudado na última hora". Ele confia nos constituintes e acha que o plenário restabelecerá os poderes de que a PF precisa. "Aliás, é a sociedade que exige isso, como aconteceu no Plano Cruzado, ao apelar e confiar nos nossos agentes", afirma ele.

Critica-se a criação de uma polícia paralela, sem necessidade, pois, atualmente, há convivência pacífica com a Receita, que resolve as dúvidas dos agentes federais, que, por sua vez, se encarregam da repressão.

A PF é altamente especializada e a admissão de quadros segue a vocação policial, enquanto quem entra na Receita deve ter vocação tributária. "Por isso, acho que eles não reivindicaram essas novas atribuições. Deve ter havido confusão e certo desconhecimento por parte dos constituintes", comenta Perpétuo.

Os agentes federais alegam, ainda, que o órgão é o que menos sofre com a corrupção — sempre exemplarmente punida. Além disso, o ní-

vel mínimo de instrução para agentes, escrivães e papiloscopistas é o curso médio completo, sendo que pelo menos 80% deles têm curso superior e o restante cursa a universidade, enquanto para delegados, peritos e censores é exigido o curso superior.

Alguns delegados desabafam, perplexos, que a PF já foi comparada em eficiência ao FBI. "Claro que a Constituinte deve inovar, mas não mudar o que está dando certo. Em que tempo está ganhando não se mexe", pondera o presidente da Associação dos Delegados da PF.

COMO IDENTIFICAR

Ninguém entendeu também o parágrafo 13 do artigo 6º dos Direitos Individuais, que diz que "ninguém será identificado criminalmente antes da condenação definitiva". Os policiais alegam que somente as impressões digitais são imutáveis e seguras. Agora, com a nova redação, alguém processado em liberdade pode estar usando nome e documento falsos. Quando chegar a ser condenado poderá estar com identidade nova. Como estabelecer a identidade verdadeira?

O item XXI do artigo 31 (da União) também está causando mal-estar porque transforma a PF em polícia rodoviária e ferroviária. "Não é possível que depois de tanto treinamento os agentes fiquem se preocupando com cavalo morto na pista, ou batedor de carteira nas estradas", afirma Wilson Alfredo Perpétuo. Ele e Vicente Chelotti fazem questão de dizer que não querem criar polémica, mas que a PF possa utilizar seu treinamento especial e, assim retribuir o que recebe dos contribuintes.

Há ainda o artigo 180 em seu item VI, que dá ao Ministério Público o poder de supervisionar a investigação criminal, o que é contestado pelos policiais, "pois os magistrados não têm o treinamento necessário para isso. Devem ser requisitar a instauração de inquéritos e determinar diligências investigatórias, como está também no substitutivo, corretamente". O relator Bernardo Cabral não definiu com quem ficará a censura, dizendo somente no item XV do artigo 31 que compete à União "exercer a classificação de diversas públicas", deixando de atribuir essa função à PF, como acontece na atual Constituição.

Os dirigentes das associações da Polícia Federal acham que o substitutivo vai tirar a força do órgão que, apenas no primeiro semestre deste ano, já apreendeu C\$ 635.881.382,00 em mercadorias contrabandeadas.

Tuma apóia censura à TV

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, Romeu Tuma, apóia a emenda popular do movimento pró-censura que defende a existência de órgão controlador das

diversões públicas na televisão e no rádio e classificatório para cinema e teatro. De acordo com o porta-voz do DPF, Paulo Marra, esse controle se faz necessário porque existe muito abuso nas cenas de sexo, violência e drogas na televisão.

O juiz do Tribunal de Alçada do Rio, Jorge Uchoa de Mendonça, estará hoje na tribuna da Assembleia Nacional Constituinte, às 10 horas, para defender essa emenda. Ela foi encabeçada pela Associação Nacional dos Censores Federais, Associação dos Delegados de Polícia Federal e Associação Nacional dos Servidores do DPF que recolheram 77.368 assinaturas e conseguiram a subscrição de 31 parlamentares.

A proposta do movimento favorável à censura é que um órgão governamental, ligado ao Departamento de Polícia Federal, classifique, por faixa etária, a programação de teatro e cinema. Já para o rádio e a televisão, prevê o corte de cenas "lesivas ao público", como a propaganda de drogas e a violência. Segundo Paulo Marra, esse assunto é polêmico, é a razão de a maioria dos censores do DPF e do próprio diretor-geral apoiar a emenda está em que o rádio e a TV entram em todos os recintos.



Romeu Tuma

As mulheres apresentam suas propostas

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A democratização do acesso à terra através de uma reforma agrária, de uma política urbana capaz de atender às aspirações e necessidades da população, maior autonomia para os municípios e normas punitivas rígidas contra autores de agressões e violências contra a mulher. Estas são algumas das propostas das mulheres constituintes que serão entregues hoje a Ulysses Guimarães.

São 25 parlamentares mulheres na Constituição, sendo que apenas cinco delas não assinaram, por não estarem em Brasília. Mas todos os partidos apóiam a proposta, que considera prioritária "a complementação do processo de transição para a democracia através de uma Constituição que avance na definição de um programa de transformações econômicas e sociais de longo alcance". O texto propõe uma política nacional de desenvolvimento que tenha como objetivo primeiro "as necessidades do País e não os interesses do grande capital monopolista internacional e seus aliados internos, equacionando a questão da dívida externa na rota do resguardo de nossa soberania".

O documento reitera a unidade do grupo de deputadas na defesa dos interesses específicos das mulheres, mas "sem negligenciar as imperiosas reivindicações nacionais que nos conduzirão, homens e mulheres, à conquista e à consolidação de uma sociedade igualitária".

Relator não dá esperança aos paulistas

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Se as bancadas parlamentares do Norte, Nordeste e Centro-Oeste apoiarem a emenda estabelecendo a proporcionalidade entre a população dos estados e o número de seus representantes na Câmara, os deputados paulistas poderão, em troca, apoiar as reivindicações das outras regiões. A explicação foi dada ontem pelo relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, durante encontro com deputados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Eles lembraram ao relator que, se efetivada a emenda, São Paulo passará a ter 80 deputados, com o que não concordam. Diante das reações, Bernardo Cabral comprometeu-se a apoiar emenda ao seu substitutivo, confirmando a atual composição da Câmara, de 487 deputados, com o mínimo de oito e o máximo de 60 representantes de cada estado. Neste caso, a bancada paulista permanecerá com seus 60 representantes.

Os deputados que estiveram com Cabral argumentaram que o aumento da representação política paulista prejudicaria as demais regiões, beneficiando apenas o Centro-Sul. Segundo eles, com São Paulo, Minas e Rio de Janeiro fortalecidos, nenhum estado do Norte, Nordeste e Centro-Oeste teria influência no governo federal. A emenda determinando a proporcionalidade do colégio eleitoral com o número de deputados eleitos foi apresentada pelo deputado Geraldo Alckmin (PMDB-SP).

Enfarte mata Alair Ferreira

AGÊNCIA ESTADO

Será sepultado hoje, em Campos (estado do Rio), o deputado Alair Ferreira, constituinte pelo PFL do Rio, que morreu ontem de enfarte fulminante quando fazia a barba, em seu apartamento no Hotel Nacional, em Brasília, às 7 horas. O corpo do parlamentar foi levado à tarde para o Rio de Janeiro, em avião da FAB colocado à disposição da Câmara pelo presidente José Sarney, que interrompeu sua agenda para presenciar o embarque, na Base Aérea de Brasília. O caixão foi conduzido até o Boeing reserva da Presidência da República por guardas do batalhão da base, na presença de Sarney; Ulysses Guimarães; do presidente do PFL, senador Marco Maciel; e do líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço.

Alair Ferreira, mineiro de nascimento, 66 anos, era um dos mais antigos parlamentares da Constituição e estava em seu oitavo mandato consecutivo, tendo sido eleito pela primeira vez em 1962, pela legenda do antigo PSD. Com a extinção dos partidos e a instituição do bipartidarismo, optou pelo partido governista, a Arena. Em 1986, porém, reeleveu-se pelo PFL, após ter

Alair Ferreira

sido filiado ao PDS. A vaga de Alair Ferreira — a segunda a abrir-se na Constituição, após o suicídio do senador Fábio Lucena, do PMDB do Amazonas — será preenchida pelo suplente Nelson Aristeu Caminada Sabra, que obteve 19.826 votos nas últimas eleições. Sabra é do grupo PFL que apóia a candidatura do ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, à Presidência da República. O novo deputado constituinte tem 39 anos.

O deputado Alair Ferreira, nascido na cidade mineira de Sacramento, fez toda sua carreira profissional e política em Campos, no norte do estado do Rio. Começando como contador, tornou-se empresário de êxito e possuía desde estabelecimentos comerciais e industriais até uma estação de TV e emissoras de rádio. Eleger-se pela primeira vez graças à amizade com o velho cacique Amaral Peixoto. Sua última eleição foi a mais difícil, obtendo apenas 27 mil votos, o penúltimo colocado na legenda. Desquitado, pai de dois filhos, Alair Ferreira era acusado por seus adversários de se utilizar do mandato para obter vantagens pessoais, já que se dedicava à atividade de empreiteiro de obras públicas.